

1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP
E-mail: coace@ufscar.br

2

3

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO

4

CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

5

6 **Data:** 06 de dezembro de 2016

7 **Horário:** 14h00min

8 **Local:** Anfiteatro da Reitoria

9 **Presidência:** PROF. DR. LEONARDO ANTÔNIO DE ANDRADE

10 **Membros:** Conforme assinaturas na lista de presença

11 **Secretária:** LUANA DOMINGUES PEREIRA

12 Aos seis dias de dezembro de dois mil e dezesseis, às 14 horas, no anfiteatro da Reitoria,
13 realizou-se a 26ª Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis –
14 CoACE da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – ProACE, presidida pelo
15 Pró-Reitor Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade juntamente à Pró-Reitora Adjunta Franci
16 Mary Alves Back. O presidente iniciou a reunião saudando todos os presentes e solicitou a
17 alteração do informe 1.1.3 que passou a ser lido como envio de ofício para a Reitoria sobre a
18 segurança de todos os campi, devido ao recebimento de um ofício da Prefeitura Universitária
19 do campus de Sorocaba. O presidente seguiu parabenizando e empossando todos os
20 representantes docentes e técnicos-administrativos eleitos, de acordo com o Ato
21 Administrativo nº 65 e Ato Administrativo nº 66 respectivamente. Terminada a apresentação
22 dos novos conselheiros, o presidente passou para o ponto 1.1.2, informando sobre a visita
23 realizada à ProACE pela CGU (Controladoria Geral da União) para averiguação da gestão e
24 utilização da verba PNAES. A visita foi informada dois dias antes da posse da nova gestão,
25 seguida de um formulário de questionamentos sobre o uso da verba PNAES (Plano Nacional
26 de Assistência Estudantil) dentro da Universidade. Em conjunto com a gestão anterior foram
27 produzidos os relatórios solicitados; a visita foi realizada durante uma semana, quando novas
28 questões foram respondidas e encaminhadas. O retorno da CGU foi positivo, sem nenhuma
29 constatação de graves irregularidades. O item 1.1.3, alterado no início da reunião, dizia
30 respeito ao ofício enviado à Reitoria a respeito da segurança de todos os campi. Na última
31 reunião do CoACE foram apontadas pelo chefe do Departamento de Esportes e pela, até então,
32 diretoria da Divisão de Saúde e Esportes, algumas irregularidades em relação a segurança do
33 Parque Esportivo. Na mesma reunião também foi informado sobre uma festa realizada no
34 Campus de Sorocaba, fora essa festa foi entregue à ProACE um outro ofício da PU (Prefeitura
35 Universitária) do campus de Sorocaba juntamente com um Boletim Interno de Ocorrência
36 informando a realização de outra festa no campus, apesar de todo diálogo com os alunos sobre
37 a necessidade de que os pedidos sejam formalizados no DeACE-Sor para autorização da

38 realização de tais eventos, procedimento esse não adotado pelos alunos. Todo material foi
39 encaminhado à Reitoria através de um ofício da ProACE explicitando que esses problemas
40 de segurança transcendem a ProACE, entendendo-se que o assunto deve ser discutido num
41 âmbito maior, sendo para tanto necessário o estabelecimento de um mecanismo pela Reitoria
42 para possibilitar a discussão. O informe 1.1.4 foi referente ao convite feito à SAADE
43 (Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade) para que essa possa participar de
44 forma consultiva do Conselho, destacando a necessidade de que haja uma cadeira no CoACE
45 para a SAADE, o que acarretará na necessidade de mudança do Regimento Interno do
46 Conselho, que deverá ser apreciado e votado pelo Conselho em reunião futura. Da mesma
47 forma, foi apontada a necessidade de participação do CoACE no Conselho de Graduação,
48 após a identificação de questões direcionadas a este Conselho que também dizem respeito ao
49 Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis. O ponto 1.1.5 referiu-se à reunião entre
50 SIn, SAADE, ProACE e ProGrad, realizada para o planejamento de ingresso na Universidade
51 em dois mil e dezessete. Nessa reunião foram avaliados diversos tipos de questões: maneira
52 como o vestibular é estabelecido; implicações da análise sócio-econômica; auxílio na
53 informatização, por parte da SIn, além da divulgação dos procedimentos e resultados;
54 demanda para abrigo dos estudantes indígenas e estrangeiros, etc. O próximo informe tratou
55 da extinção da Comissão para apuração dos fatos relatados no Ofício 038/2015-CCBS de
56 vinte seis de outubro de dois mil e quinze. A secretária da ProACE, Luana Domingues Pereira,
57 esclareceu que a Comissão foi criada em quatro de dezembro de dois mil e quinze a partir de
58 uma demanda do CCBS para averiguar questões relacionadas a ocupação indevida de um
59 espaço no Centro pelo Centro Acadêmico da Biologia. A comissão foi constituída, mas não
60 iniciou os trabalhos uma vez que o Prof. Dr. José Marques indicado pelo Centro para ser
61 presidente da Comissão, não poderia assumir a mesma. Foi solicitado à diretoria do Centro
62 uma nova indicação, no entanto, no dia dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis, a
63 ProACE foi informada via ofício que não haveria mais a necessidade dos trabalhos dessa
64 Comissão, uma vez que a questão já teria sido resolvida diretamente com os alunos. No item
65 1.1.7 foi informada a necessidade de criação do FPACE (Fórum Permanente de Assuntos
66 Comunitários e Estudantis), como um importante meio para manifestação de coletivos e
67 indivíduos referente a assuntos que dizem respeito à ProACE, proposta esta da campanha
68 eleitoral da atual gestão. O Sr. Djalma Ribeiro Junior, secretário geral da SAADE, foi
69 convidado pelo presidente para auxiliar na criação do fórum que deverá ser deliberado em
70 reunião futura. No item 1.1.8 foi informado o pedido de parecer à Procuradoria Federal sobre
71 o Edital de Vagas da UAC (Unidade de Atendimento à Criança) para dois mil e dezessete. A
72 Pró-Reitora Adjunta relatou que existe um edital público de universalização, onde toda e
73 qualquer criança, dentro da faixa etária estabelecida, munícipe de São Carlos pode se
74 candidatar às vagas. Contudo a Universidade conta com o Programa Nacional de Assistências
75 Estudantil (PNAES), que prevê o direito a creche aos filhos de estudantes que preenchem os
76 requisitos necessários. Diante dessa situação, foi feita uma consulta oficial à Procuradoria
77 Federal requisitando uma indicação de como deve-se proceder com o edital de ingresso, uma
78 vez que há um conflito de leis, de modo que é garantido a toda criança acesso a qualquer
79 Centro Educacional Federal, mas também há a restrição que garante a reserva de vagas aos
80 filhos de alunos. Tais questões já foram informadas Grupo de Mães e Pais Universitários de
81 uma forma muito transparente, e quando o parecer estiver disponível ele também será
82 amplamente divulgado. Após estas informações, a Prof^a Dr^a Carla Alexandra Ferreira
83 registrou seu contentamento com a ação tomada e relatou que estava presente no conselho da
84 UAC no período em que foi discutido a respeito da aplicação da lei de universalização das
85 vagas, alegando que foi um período de muita tensão e discussões por ser uma situação muito

86 complexa e que desde então estão sendo realizados ajustes, mas nada concreto, acreditando
87 que esse momento já de amadurecimento é muito importante que venham essas informações
88 da Procuradoria Federal. O presidente reforçou que essa Pró-Reitoria entende todo histórico
89 da UAC, o propósito para qual ela foi criada, com esse perfil inicial de atendimento aos
90 servidores da instituição e alunos em vulnerabilidade, que se perdeu ao longo do processo de
91 universalização. Alegou também que o edital desse ano é emergencial, pois deve ser
92 divulgado até janeiro, acatando-se então a orientação da PF, contudo isso não impede de
93 pensar futuramente na UAC de uma forma diferente, talvez como um colégio de aplicação ou
94 alguma outra solução para que esse direito retorne à Universidade. Em seguida, a discente
95 Bruna Quinsan Camargo pediu a palavra e questionou se os investimentos do PNAES são
96 direcionados também à Unidade de Atendimento à Criança. A Sra. Francy esclareceu que
97 uma parte desse recurso é usado para investir na unidade, mas muitos dos gastos são
98 subsidiados por recursos próprios da Universidade, como as contratações de terceirizados. A
99 Prof^a Dr^a Dulce Helena Ferreira de Souza, representante do CCET, questionou sobre o déficit
100 de vagas para filhos de pessoas vinculadas à Universidade. A Pró-Reitora Adjunta esclareceu
101 que para os servidores existe um auxílio financeiro para custear a educação infantil, o auxílio-
102 creche, já com relação aos estudantes em vulnerabilidade, não há déficit, uma vez que todos
103 os que necessitam deste auxílio são atendidos, mas como este procedimento não está inserido
104 no edital de ingresso não há clareza e nem a garantia de permanência do auxílio. Em seguida,
105 o presidente passou ao ponto 1.1.9, referente à reunião sobre o funcionamento do DeEsp em
106 conjunto com o Departamento de Educação Física, e explicou que essa junção foi pensada
107 com o propósito de otimizar o Departamento de Esportes para atender as demandas do
108 Departamento de Educação Física, da atlética e da própria comunidade, levando em
109 consideração o número restrito de funcionários. No ponto 1.1.10 foi citada a necessidade de
110 regulamentação do Auxílio Emergencial para Alimentação Complementar. A Pró-Reitora
111 Adjunta informou que o auxílio emergencial de cento e dez reais foi conquistado pelo
112 movimento estudantil durante o processo de ocupação da ProACE e da Reitoria, após a
113 realização de um estudo técnico pelas nutricionistas do RU apontando as necessidades
114 alimentares e uma pesquisa dos custos para a concessão deste auxílio. Esclareceu também que
115 o auxílio vem sendo pago desde abril de 2016 e que o mesmo não é pago com recursos PNAES
116 e sim com recursos próprios da Universidade que foram remanejados para esse fim na gestão
117 anterior, e que ao final deste ano o empenho dessa bolsa se esgotará, sendo necessário decidir
118 como esse benefício será incorporado no PNAES. Estão sendo feitos levantamentos de
119 cenários financeiro, planejamento orçamentário, além da construção de um edital pelo
120 Departamento de Serviço Social para que o benefício possa ser assegurado pelo Programa de
121 Assistência Estudantil da Universidade. Também será necessário a incorporação do auxílio
122 no Programa de Assistência Estudantil, o que será discutido abertamente com toda a
123 comunidade. O discente Alexandre Politti pediu a palavra para questionar quando finaliza a
124 obra do RU e como está o processo para a implementação do café da manhã e as demais
125 refeições nos finais de semana. O presidente reforçou a necessidade da implantação do Fórum
126 Permanente para que haja espaço para ouvir colocações como a do aluno, levando-se em
127 consideração que o CoACE é um órgão deliberativo da Universidade e informou que as obras
128 no Restaurante Universitário estão em andamento, mas não possuem um prazo definido para
129 sua finalização. Esclareceu também o impasse que está causando o atraso da obra que diz
130 respeito a construtora que está realizando a reforma do RU, uma vez que a mesma está fazendo
131 a obra do ambulatório no campus de Lagoa do Sino e a verba que vinha de um deputado
132 federal, deputado do PSOL Ivan Valente não foi liberado. O empenho está feito, mas a verba
133 não foi enviada, sendo assim a construtora está com um prejuízo de 300 mil na obra do

134 ambulatório de Lagoa do Sino, o que está interferindo na reforma do RU. O deputado Ivan
135 Valente já foi contatado e a administração da Universidade está tentando da melhor forma
136 possível coordenar as ações burocráticas que lhe cabe. A Sra. Francly completou informando
137 que hoje o que se pretende a curto prazo é a construção da câmara fria, que está
138 emergencialmente sendo suprida por um contêiner frigorífico. Em seguida o presidente
139 iniciou o ponto 1.1.11 onde informou sobre a realização da reunião com o Grupo de Mães e
140 Pais Universitários (GMPU) para tratar sobre a questão do uso do recurso PNAES e sobre o
141 ajuste do edital de ingresso na UAC. No item 1.1.12 foi informada a realização da reunião
142 entre a ProACE, ProGrad, ProPG e ProGPe sobre a regulamentação das carteirinhas para
143 acesso ao RU. A proposta é de que acabe o uso de carteirinhas temporárias até trinta de abril
144 do próximo ano, sendo apenas usada em casos muito específicos. Além disso, há a intenção
145 de implantação de catracas com biometria para facilitar o acesso ao restaurante. O último
146 informe da presidência relatou a participação da ProACE na entrega do prêmio “Melhores do
147 Ano” pela Atlética UFSCar. A Atlética anualmente faz a entrega de prêmio aos melhores
148 alunos que se destacaram em vinte nove categorias esportivas e a ProACE compareceu com
149 o Vice-Reitor e o chefe do DeEsp. Passando aos informes das unidades, a nova chefe do
150 Departamento de Serviço Social, Cristiane Cinat, iniciou com o ponto 1.2.1 onde agradeceu
151 aos serviços prestados pela servidora Sônia Mara Cominato, que entrou com o pedido de
152 aposentadoria. Cristiane destacou a grande importância que Sônia teve no departamento e
153 deixou seu agradecimento pela participação dela na Universidade. A assistente social seguiu
154 para os próximos pontos, informando sobre a publicação do edital para veteranos bolsistas de
155 bolsa moradia em dinheiro, com a preparação das moradias para o acolhimento dos novos
156 alunos no próximo ano, e também a publicação do edital sobre a bolsa PROMISAES, que
157 visa o atendimento de estudantes estrangeiros pelo convênio PEC-G. Por fim, Cristiane
158 informou seu início na chefia do Departamento de Serviço Social, registrando seu
159 agradecimento a assistente social Evellyn Aparecida Espindola que coordenou o
160 departamento por todos esses anos e registrou a disposição do departamento para toda
161 comunidade universitária no que puder somar. O Pró-Reitor acrescentou aos informes o
162 agradecimento aos serviços prestados pelo servidor Eduardo Aparecido de Moraes do DeAS
163 que pediu exoneração por ter passado em um concurso público; também informou sobre a
164 mudança de chefias do DeACE-Sor que agora está sob a chefia da psicóloga Fabiana Midori
165 Oikawa, além da mudança da administradora Tatiana Bianchini Pinheiro, antiga diretora da
166 DiSAE, agora na direção da DiNA. O Sr. Wilson Aparecido Silva, chefe do DeACE-Ar, pediu
167 a palavra para informar que a reunião para a definição da chefia do DeACE-Ar aconteceria
168 no dia seguinte às três horas da tarde no DeACE-Ar. O Sr. Djalma Ribeiro Junior, secretário
169 geral da SAADE, também pediu a palavra para fazer um convite a todos presentes para
170 participarem de uma roda de conversa a ser realizada no dia oito de dezembro com o tema
171 “Universidade Pública e Política de Cotas Ético-raciais: perspectivas históricas e desafios
172 futuros”. Passando para a Ordem do Dia, o Prof. Leonardo pôs em votação o direito ao voto
173 aos discentes eleitos na eleição de representantes discentes realizada no dia primeiro de
174 dezembro desse ano, que não haviam sido nomeados pelo fato de o ofício da SOC ter sido
175 entregue no dia da reunião do Conselho, aprovado com 2 abstenções. Em seguida houve a
176 aprovação da Ata da 25ª Reunião do CoACE, com quatro abstenções. No ponto 2.2 foi tratada
177 a readequação da penalidade ao aluno A.P., para repreensão escrita, sugerida pela
178 Procuradoria Federal no Processo 23112.003447/2015-63. A Profª Drª Marisa Silvana
179 Zazzetta, presidente da Comissão, informou que no relatório foi sugerida como penalidade,
180 baseado no Regimento Geral da UFSCar, uma suspensão, no entanto, a Procuradoria Federal
181 sugeriu que a penalidade fosse de repreensão escrita, sugestão que foi acatada pela comissão

182 e que agora deveria ser votada pelo Conselho. A readequação foi aprovada com cinco
183 abstenções. No item 2.3 foi colocado em votação o calendário da UAC para o ano de dois mil
184 e dezessete. A Sra. Mara Silvia Ap. Nucci Marassutti, chefe da UAC, explicou que o
185 calendário é elaborado de acordo com a necessidade de constituição de período letivo com
186 duzentos dias, observando as férias dos servidores. O calendário foi aprovado inicialmente no
187 Conselho da UAC com início do período letivo dia seis de fevereiro até o dia sete de julho,
188 um período de férias, de dez a vinte e quatro de julho e uma semana de planejamento, sendo
189 o retorno das crianças dia trinta e um de agosto até dezesseis de dezembro. A Prof^a Dr^a Carla
190 Alexandra Ferreira questionou sobre o atendimento das crianças no mês de janeiro, levando
191 em consideração que os discentes ainda estariam em aula. Mara explicou que a UAC não
192 funcionaria em janeiro porque devem ser garantidos quarenta e cinco dias de férias aos
193 servidores da UAC, além de que devido a universalização, hoje a UAC não segue o calendário
194 acadêmico, além de que no período de greve dos alunos a unidade trabalhou normalmente. O
195 calendário foi aprovado com oito abstenções. O último ponto de pauta tratou da avaliação dos
196 recursos dos discentes dos campi Sorocaba e Lagoa do Sino indeferidos no processo de
197 renovação de bolsas do Programa de Assistência Estudantil. A assistente social Sônia Faria
198 Cintra de Jesus, do campus Lagoa do Sino, explicou que o estudante T.B.N. ingressou em
199 dois mil e quinze na Universidade no curso de Engenharia Ambiental e foi deferido nos
200 programas de bolsa moradia, alimentação e transporte. Contudo, em abril de dois mil e
201 dezesseis o SeACE-LS recebeu denúncias sobre o recebimento indevido desse auxílio, uma
202 vez que o aluno foi visto regularmente na faculdade em posse de um automóvel de alto valor.
203 Após uma reavaliação, houve a suspensão desses benefícios e, a pedido do aluno, o caso foi
204 encaminhado ao CoACE para análise. Sônia ainda explicou que não foi realizada nenhuma
205 visita domiciliar e o extrato bancário apresentado pelo aluno foi compatível com as normas
206 do regulamento para auxílios aos estudantes. Em votação, foi deliberada a manutenção da
207 suspensão dos benefícios para realização de uma nova análise socioeconômica, incluindo a
208 visita domiciliar, para encaminhamento na próxima reunião do Conselho. Em Sorocaba, a
209 assistente social Rosani Loures Vicentino apresentou dois casos. No primeiro o aluno A.S.S.,
210 auxiliado pelo Programa de Assistência Estudantil há sete anos, apresentou baixo rendimento
211 acadêmico com a conclusão anual de poucos créditos. A proposta seria o indeferimento do
212 aluno nos auxílios de moradia e alimentação visto o tempo em que o aluno encontra-se
213 recebendo os benefícios do Programa de Assistência Estudantil, de sete anos, e pelo fato do
214 mesmo não demonstrar melhoras no seu rendimento acadêmico. Rosani explicou que, para
215 receber o auxílio é feita a avaliação socioeconômica, entretanto o desempenho do estudante
216 deve ser, no mínimo, satisfatório. A Prof^a Dr^a Cássia Regina Rodrigues questionou o número
217 de créditos feitos pelo aluno, solicitou o esclarecimento das problemáticas apresentadas por
218 ele para o não cumprimento dos créditos e se as disciplinas cursadas são aquelas que
219 apresentam um histórico alta reprova de toda a turma. Rosani explicou que a orientação aos
220 alunos é o cumprimento de vinte créditos anuais, dez em cada semestre, sendo que o aluno
221 cumpriu oito em cada semestre. A Prof^a registrou então que estando aprovado em dezesseis
222 créditos, do seu ponto de vista isso não pode ser considerado como baixo rendimento.
223 Destacando a necessidade de conhecer a natureza dessas disciplinas, além do que o aluno
224 apresentou como dificuldade para essas reprovadas. Rosani esclareceu que o aluno cursa
225 Ciências da Computação e que desde que ele começou a apresentar esse baixo rendimento, o
226 mesmo justifica como sendo dificuldade do curso em si. A Prof^a Cássia questionou então
227 quais foram as alternativas pedagógicas adotadas para que o aluno pudesse resolver sua
228 problemática, se houve o encaminhamento do aluno para o pré-estudos, ou alguma atividade
229 de monitoria para que ele tivesse a recuperação do rendimento. Rosani esclareceu que no

230 campus não há esse apoio pedagógico, sendo a medida que o serviço social vem tomando é a
231 de conversar com o aluno para verificar as causas do baixo rendimento, como por exemplo
232 causas familiares, em que as assistentes sociais possam ajudá-lo, sendo proposto o
233 indeferimento do aluno por conta do histórico de conversas que não surtiram resultado, tendo
234 em vista que não há no campus um pró-estudo para o qual o mesmo possa ser encaminhado.
235 A Prof^a Dr^a Cássia Regina Rodrigues registrou seu entendimento as limitações do campus,
236 mas acredita que a ausência desses recursos possa intensificar e não resolver os problemas.
237 Foi colocado também pela Sra. Claudete Schiabel a questão do tempo que o aluno tem no
238 curso de sete anos, próximo de um jubileamento. A Sra. Francly esclareceu que o aluno
239 reingressa no curso, por isso esse tempo. O representante discente Iberê Araújo da Conceição
240 registrou que Coordenadoria de Apoio Pedagógico e o orçamento do pró-estudo pertencem à
241 ProGrad, que prevê recursos para todos os campi, o que representa uma falha da instituição,
242 uma vez que a problemática que chega às assistentes sociais não é possível de ser resolvida
243 por elas. Registrou também que não há informações sobre o aluno, como sua situação familiar,
244 ou se o mesmo passa por alguma situação de violência, abuso ou racismo, sendo necessário
245 então cautela para a análise da situação. O Sr. Wilson sugeriu a averiguação da necessidade
246 de um atendimento psicológico para o aluno que possa ajudá-lo. Foi colocado também pelo
247 discente Iberê Araújo da Conceição a existência de disciplinas na qual a reprova impede que
248 o aluno curse outras. Em votação, foi decidida a permanência do aluno no Programa com duas
249 abstenções seguida da sugestão da Sra. Francly de que seja encaminhada a situação à ProGrad
250 (Pró-Reitoria de Graduação), questionando a respeito dos recursos pedagógicos de possível
251 implementação em Sorocaba para que possa ser feito esse acompanhamento já que o
252 Programa exige essa contrapartida. O segundo caso referiu-se à aluna J.T.R., indeferida no
253 Programa do qual recebia bolsa alimentação. O indeferimento foi por conta de alteração da
254 renda per capita que extrapolou o limite previsto no regulamento. A aluna alegou que depende
255 do Restaurante Universitário, entretanto foi observada uma baixa frequência dela no RU. Foi
256 estabelecido, através da votação, seu desligamento do Programa de Assistência Estudantil,
257 com duas abstenções. Terminada a Ordem do Dia, o Pró-Reitor apontou a preferência da
258 ProACE na realização das reuniões do CoACE nas segundas-feiras, o que será definido após
259 o término do presente semestre, em fevereiro de dois mil e dezessete. Foi levantado pela Prof^a
260 Dr^a Dulce Helena Ferreira de Souza o fato de as reuniões do COG serem realizadas as
261 segundas também. Ficou definido a apresentação de uma proposta de calendário na próxima
262 reunião do Conselho. Assim, a reunião foi encerrada com os agradecimentos do presidente e
263 dos membros. Eu, LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a
264 presente ata, que, se aprovada, será assinada pelos membros presentes.
265

266 Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente) _____

267

268 Sr^a. Francly Mary Alves Back (Pró-Reitora Adjunta) _____